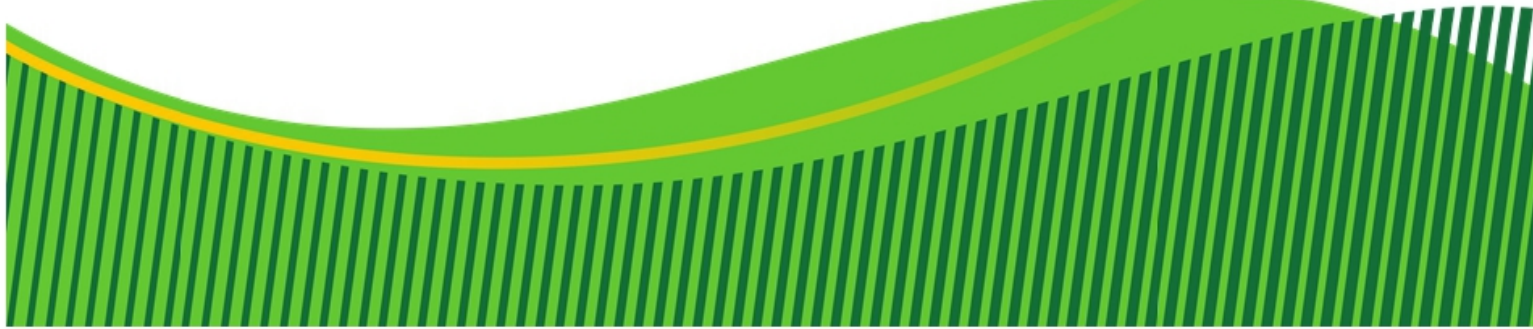


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS
Santiago - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-8



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Jaguarí - Sicredi Vale do Jaguarí RS
CNPJ/MF nº 87.780.284/0001-64

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	449.588	431.685	CIRCULANTE	225.299	195.694
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	4.363	1.775	DEPÓSITOS (NOTA 11)	69.534	49.539
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	170.099	184.770	Depósitos à Vista	56.618	40.340
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	38	Depósitos a Prazo	12.916	9.199
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	35	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	134.429	122.396
Correspondentes no país	46	39	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	-
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	170.018	184.693	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	134.428	122.396
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	262.960	234.962	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	708	477
Operações de Crédito	272.218	246.103	Recursos em Trânsito de Terceiros	708	477
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.258)	(11.141)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	-	6.349
OUTROS CRÉDITOS	11.776	9.893	Empréstimos País - Outras Instituições	-	6.349
Créditos por Avals e Fianças Honorários (NOTA 06)	55	86	OUTRAS OBRIGAÇÕES	20.628	16.933
Rendas a Receber	1.359	929	Cobrança e Arrecadação de Tributos	120	76
Créditos Específicos	917	862	Sociais e Estatutárias	4.337	3.561
Diversos (NOTA 06 e 07)	10.526	9.054	Fiscais e Previdenciárias	760	695
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.081)	(1.038)	Diversas (NOTA 14)	15.411	12.601
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	390	285			
Outros Valores e Bens	356	254			
Despesas Antecipadas	34	31			
NÃO CIRCULANTE	122.331	79.867	NÃO CIRCULANTE	152.399	144.897
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	8.368	1.892	DEPÓSITOS (NOTA 11)	144.431	141.456
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.368	1.892	Depósitos Interfinanceiros	6.605	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	85.895	53.189	Depósitos a Prazo	137.826	141.456
Operações de Crédito	95.449	64.835	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	7.968	3.441
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.554)	(11.646)	Repasse Interfinanceiros	7.968	3.441
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06 e 07)	2	1			
Diversos	2	1			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	10	24			
Despesas Antecipadas	10	24			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	16.720	16.720	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	194.221	170.961
Outros Investimentos	16.720	16.720	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	77.713	74.419
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	5.967	5.251	De Domiciliados no País	77.728	74.424
Imóveis de Uso	4.384	1.747	(Capital a Realizar)	(15)	(5)
Outras Imobilizações de Uso	5.984	7.549	RESERVAS DE SOBRAS	110.104	90.292
(Depreciação acumulada)	(4.401)	(4.045)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	6.404	6.250
INTANGÍVEL (NOTA 10)	5.369	2.790			
Outros Ativos Intangíveis	9.063	5.369			
(Amortização acumulada)	(3.694)	(2.579)			
TOTAL DO ATIVO	571.919	511.552	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	571.919	511.552

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS
CNPJ/MF nº 87.780.284/0001-64

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.427	3	28.430	56.354	6	56.360	59.806	4	59.810
Operações de Crédito	28.310	3	28.313	56.174	6	56.180	59.635	4	59.639
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	116	-	116	176	-	176	171	-	171
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	4	-	4	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.934)	(24)	(9.958)	(18.593)	(42)	(18.635)	(28.430)	(1.016)	(29.446)
Operações de Captação no Mercado	(4.084)	(24)	(4.108)	(8.156)	(42)	(8.198)	(12.064)	(28)	(12.092)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.239)	-	(4.239)	(9.009)	-	(9.009)	(9.199)	(988)	(10.187)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.611)	-	(1.611)	(1.428)	-	(1.428)	(7.167)	-	(7.167)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.493	(21)	18.472	37.761	(36)	37.725	31.376	(1.012)	30.364
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.178)	3.618	(3.560)	(12.567)	6.590	(5.977)	(5.233)	5.272	39
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.400	6.026	7.426	2.591	11.189	13.780	2.391	8.923	11.314
Rendas de Tarifas Bancárias	1.801	-	1.801	3.468	-	3.468	3.223	-	3.223
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.702)	(1.060)	(8.762)	(14.872)	(1.871)	(16.743)	(14.218)	(1.553)	(15.771)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(5.763)	(1.010)	(6.773)	(10.935)	(1.788)	(12.723)	(9.635)	(1.272)	(10.907)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(3)	(300)	(303)	(37)	(562)	(599)	(39)	(448)	(487)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	7.956	551	8.507	16.696	691	17.387	21.298	243	21.541
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(4.867)	(589)	(5.456)	(9.478)	(1.069)	(10.547)	(8.253)	(621)	(8.874)
RESULTADO OPERACIONAL	11.315	3.597	14.912	25.194	6.554	31.748	26.143	4.260	30.403
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(31)	(15)	(46)	(40)	16	(24)	(16)	(2)	(18)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.284	3.582	14.866	25.154	6.570	31.724	26.127	4.258	30.385
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	319	319	-	328	328	-	(5)	(5)
Provisão para Imposto de Renda	-	194	194	-	214	214	-	(4)	(4)
Provisão para Contribuição Social	-	125	125	-	114	114	-	(1)	(1)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	11.284	3.901	15.185	25.154	6.898	25.154	26.127	4.253	30.380
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	6.898	(6.898)	-	4.253	(4.253)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	11.284	3.901	15.185	32.052	-	32.052	30.380	-	30.380
DESTINAÇÕES	-	-	-	(25.648)	-	(25.648)	(24.130)	-	(24.130)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.555)	-	(4.555)	(4.247)	-	(4.247)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.281)	-	(1.281)	(1.250)	-	(1.250)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(17.930)	-	(17.930)	(17.500)	-	(17.500)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.882)	-	(1.882)	(1.133)	-	(1.133)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	6.404	-	6.404	6.250	-	6.250

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Jaguarí - Sicredi Vale do Jaguarí RS

CNPJ/MF nº 87.780.284/0001-64

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	68.545	71.659	5.856	146.060
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	5.814	-	(5.814)	-
Outras destinações	-	-	(42)	(42)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.370	-	-	1.370
Baixas de capital	(5.420)	-	-	(5.420)
Resultado do período	-	-	30.380	30.380
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.250)	(1.250)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.500	(17.500)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.110	-	(4.247)	(137)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.133	(1.133)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	74.419	90.292	6.250	170.961
Mutações do Período	5.874	18.633	394	24.901
Saldos no início do período em 01/01/2018	74.419	90.292	6.250	170.961
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	6.208	-	(6.208)	-
Outras destinações	-	-	(42)	(42)
Capital de associados				
Aumento de capital	687	-	-	687
Baixas de capital	(7.981)	-	-	(7.981)
Resultado do período	-	-	32.052	32.052
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.281)	(1.281)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.930	(17.930)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.380	-	(4.555)	(175)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.882	(1.882)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	77.713	110.104	6.404	194.221
Mutações do Período	3.294	19.812	154	23.260
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	77.892	90.292	16.867	185.051
Capital de associados				
Aumento de capital	313	-	-	313
Baixas de capital	(4.872)	-	-	(4.872)
Resultado do período	-	-	15.185	15.185
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.281)	(1.281)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.930	(17.930)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.380	-	(4.555)	(175)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.882	(1.882)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	77.713	110.104	6.404	194.221
Mutações do Período	(179)	19.812	(10.463)	9.170

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS
CNPJ/MF nº 87.780.284/0001-64

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	12.837	28.649	32.888
Resultado do semestre/exercício	15.185	32.052	30.380
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(2.348)	(3.403)	2.508
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(1.969)	(3.975)	2.274
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(8)	43	164
Depreciação do imobilizado de uso	315	567	477
Amortização do intangível	611	1.115	638
Baixas do ativo permanente	47	58	63
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	54	54	(55)
Destinações ao FATES	(1.281)	(1.281)	(1.250)
Dividendos SicrediPar	(117)	16	197
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(49.033)	(28.190)	(10.184)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.416)	(6.476)	(171)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	1.300	38	(37)
(Aumento) em créditos vinculados	(1)	(35)	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	80	(7)	138
(Aumento) em operações de crédito	(62.015)	(56.729)	(22.449)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	17.938	16.560	2.449
(Aumento) em outros créditos	(334)	(1.943)	(1.917)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	47	(91)	(208)
Aumento em depósitos	2.123	22.970	9.413
Aumento em relações interdependências passivas	448	231	56
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(6.567)	(6.349)	(18)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(705)	(1.372)	(1.124)
Aumento em outras obrigações	5.069	5.013	3.684
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(36.196)	459	22.704
Aquisição de Imobilizado de Uso	(709)	(1.341)	(1.443)
Aplicações no Intangível	(475)	(3.694)	(945)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.184)	(5.035)	(2.388)
Integralização de capital	313	687	1.370
Baixa de capital	(4.872)	(7.981)	(5.420)
Juros ao capital próprio	(175)	(175)	(137)
Distribuição de Sobras	-	(42)	(42)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.734)	(7.511)	(4.229)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(42.114)	(12.087)	16.087
Caixa e equivalente de caixa no início do período	216.495	186.468	170.381
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	174.381	174.381	186.468

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Jaguarí - Sicredi Vale do Jaguarí RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 22/06/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os Ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações Interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	4.363	1.775
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	170.018	184.693
Total	174.381	186.468

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.368	1.892
DI entre Banco e Cooperativas	6.354	-
CDI Banco Cooperativo Scredl S.A.	2.014	1.892
Total não circulante	8.368	1.892

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	101.129	61.658	162.787	157.561
Financiamentos	10.073	19.001	29.074	13.636
Financiamentos rurais e agroindustriais	161.016	14.790	175.806	139.741
Carteira total	272.218	95.449	367.667	310.938

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	55	-	55	86
Títulos e créditos a receber (I)	9.099	2	9.101	7.100
Total	9.154	2	9.156	7.186

(I) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	39	-	-	-
Nível A	0,50	136.453	96.530	682	483
Nível B	1,00	136.506	121.424	1.365	1.214
Nível C	3,00	60.143	49.138	1.806	1.474
Nível D	10,00	24.813	26.643	2.481	2.664
Nível E	30,00	5.411	6.016	1.623	1.805
Nível F	50,00	3.544	4.843	1.772	2.422
Nível G	70,00	2.224	2.120	1.557	1.484
Nível H	100,00	7.690	11.410	7.690	11.410
Total (I)		376.823	318.124	18.976	22.956

(I) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 917 (2017 - R\$ 869).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018					2017
	Vendas a partir de 15 dias	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas Físicas	1.997	25.942	57.362	49.369	134.670	125.782
Rural	285	16.495	144.236	14.790	175.806	139.741
Industrial	15	756	1.199	1.364	3.334	2.169
Comércio	111	7.709	16.894	20.193	44.907	31.167
Outros Serviços	518	3.128	4.725	9.735	18.106	19.265
Total	2.926	54.030	224.416	95.451	376.823	318.124

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	66.035	17,52	48.792	15,34
50 devedores seguintes	74.256	19,71	70.453	22,15
100 devedores seguintes	61.915	16,43	56.756	17,84
Demais	174.617	46,34	142.123	44,68
Total	376.823	100	318.124	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo Inicial	23.825	21.387
Constituição de provisão	1.428	7.167
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.360)	(4.729)
Saldo final	19.893	23.825

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.630 (2017 - R\$ 1.843), foram registradas como "Ingressos e Receltas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 12.552 (2017 - R\$ 17.664).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	84	78
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (I)	305	1.077
Devedores por depósitos em garantia	66	-
Impostos e contribuições a compensar	437	424
Títulos e créditos a receber	9.099	7.099
Valores honrados	-	8
Cotas de consórcio	199	163
Operações com cartões	232	19
Pendências a regularizar	54	126
Outros	50	60
Total Circulante	10.526	9.054
Títulos e créditos a receber	2	1
Total não circulante	2	1

(I) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	356	254
Imóveis	270	254
Veículos e afins	86	-
Despesas antecipadas	34	31
Total Circulante	390	285
Despesas antecipadas	10	24
Total não circulante	10	24

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	9.446	9.446
Sicredi Participações S.A.	7.273	7.273
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	16.720	16.720

(I) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	2.358.114 ON	2.358.114 ON	1	1	9.446.250	9.446.250
	4.914.953 PN	4.914.953 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,83%	0,83%	0,62%	0,61%	2,46%	2,69%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	7.273	7.273	1	1	9.446	9.446

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	10.368	(4.401)	5.967	5.251
Imobilizações em curso	-	528	-	528	2.845
Terrenos	-	292	-	292	292
Edificações	4%	4.092	(1.012)	3.080	541
Instalações	10%	539	(302)	237	156
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.064	(998)	1.066	765
Sistema de comunicação	10%	161	(138)	23	26
Sistema de processamento de dados	20%	2.076	(1.541)	535	454
Sistema de segurança	10%	268	(197)	71	33
Sistema de transporte	20%	348	(213)	135	139
Intangível (I)		9.063	(3.694)	5.369	2.790
Investimentos Confederação		6.422	(3.219)	3.203	2.534
Outros ativos intangíveis		2.641	(475)	2.166	256
Total		19.431	(8.095)	11.336	8.041

(I) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de Imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	56.618	-	-	56.618	40.340
Depósitos interfinanceiros	-	-	6.605	6.605	-
Depósitos a prazo	3.902	9.014	137.826	150.742	150.655
Total	60.520	9.014	144.431	213.965	190.995

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	134.428	122.396
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	134.428	122.396
Total circulante	134.428	122.396
Recursos do Crédito Rural	7.968	3.441
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.968	3.441
Total não circulante	7.968	3.441

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 21/08/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	6.349
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	6.349
Total circulante	-	6.349

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Cheques administrativos	185	120
Obrigações por convênios oficiais	7	7
Provisão para pagamentos a efetuar	4.115	3.804
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	93	39
Outras Contingências	82	112
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.197	1.026
Pendências a regularizar	26	6
Operações com cartões	8.908	6.778
Demais fornecedores	402	333
Credores diversos	396	376
Total circulante	15.411	12.601

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Cível	29	68	(14)	83
Tributária	10	-	-	10
Total	39	68	(14)	93

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Cível	Provável	83	29
Tributária	Provável	10	10
Total		93	39

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 298; R\$ 1.489 (2017 - R\$ 290, R\$ 1.488), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 11060.002302/2006-28 desde 13/10/2006, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência dos tributos PIS e COFINS. O processo encontra-se em fase de Recurso Especial do Procurador tramitando junto ao 1º Conselho de Contribuintes, atingindo o valor de R\$ 1.436, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	77.713	74.419
Total de associados	38.368	39.501

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.294 (2017 – R\$ 5.874), sendo R\$ 10.588 (2017 – R\$ 9.924) via integralização de resultados e R\$ 687 (2017 – R\$ 1.370), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 7.981 (2017 – R\$ 5.420).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.555, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	31.724	30.385
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(13.324)	(12.762)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	12	-
Provisão resgate de milhas cartão	20	13
Provisão PPR	1	37
Receita com atos cooperativos	10.565	10.973
Juros sobre capital próprio	1.913	1.784
Outros	1.141	(50)
Subtotal	13.652	12.757
IRPJ e CSLL registrados no resultado	328	(5)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	8.368	1.892
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	170.018	184.693
Outros Créditos - Rendas a receber	1.153	707
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	326	1.091
Investimentos (Nota 09)	16.720	16.720
Intangível (Nota 10)	3.203	2.534
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	142.396	125.837
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	-	6.349
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	9.030	6.797
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	176	171
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.025	4.557
Outros Ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	12.901	18.061
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	9.009	10.187
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	749	598
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	5.439	5.138

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	178	0,31%	117
Depósitos a prazo	2.521	1,67%	1.954
Operações de crédito	2.358	0,64%	2.594

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	1.590	1.476

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	364	312
Despesa de aluguéis	938	887
Despesa de comunicação	837	747
Despesa de manutenção e conservação	1.355	1.192
Despesa de material	377	215
Despesa processamento dados	250	189
Despesa de promoções e relações públicas	877	735
Despesa de propaganda e publicidade	193	200
Despesa de seguro	42	51
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.002	946
Despesa de serviços de terceiros	454	496
Despesa de serviços de vigilância e segurança	917	910
Despesa de serviços de técnicos especializados	835	669
Despesa de serviços de transportes	693	534
Despesa de viagem	133	115
Despesa de depreciação	1.034	486
Outras despesas administrativas	2.422	2.223
Total	12.723	10.907

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.467	874
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	12.342	17.257
Reversão de provisões operacionais	1.554	1.974
Outras rendas operacionais	2.024	1.436
Total	17.387	21.541

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	913	769
Contribuições Cooperativistas	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	179	166
Contribuição Confederação Sicredi	3.992	3.494
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	492	460
Encargos da administração financeira	82	98
Repasse administradora de Cartões	217	396
Depreciação e amortização (Ratelo Confederação)	648	629
Outras provisões operacionais	1.598	1.362
Outras despesas operacionais	2.308	1.391
Total	10.547	8.874

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	57.561	50.222
Coobrigações em cessões de crédito	357	471
Total	57.918	50.693

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de Instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fname e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela Instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das Instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as Instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite ao risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada Instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das Instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as Instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das Instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das Instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Límites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	188.852	169.039
Nível I (NI)	188.852	169.039
Capital principal - CP	188.852	169.039
Capital social	77.713	74.419
Reservas de capital	110.104	90.292
Lucros acumulados	6.404	6.250
Ajustes Prudenciais	(5.369)	(1.922)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	498.592	427.609
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.028	473
Margem de Capital (I)	135.473	123.668
Índice de Basileia (PR / RWA)	37,88%	39,53%
Situação de Imobilização (Imob)	5.968	6.120
Índice de Imobilização (Imob / PR)	3,16%	3,62%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Paulo Cezar Zanini Prina
Diretor Executivo
CPF: 392.037.430-49

Vilmar Guarda Rodrigues
Diretor de Operações
CPF: 472.933.650-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

